

DENUNCIÇÃO DA LIDE

AÇÃO ANULATÓRIA DE VENDA DE IMÓVEL

BEM ADQUIRIDO APÓS SEPARAÇÃO JUDICIAL — BEM ORIUNDO DE HERANÇA -
TRABALHO EXCLUSIVO DA RÉ - PROCURAÇÃO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DESTA COMARCA., nos autos de Ação de Revogação de Procuração, em trâmite sob esse R. Juízo, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por advogada, com escritório profissional na Rua nº, onde recebe intimações, constituída de conformidade com o incluso instrumento procuratório, oferecer CONTESTAÇÃO A, o que faz com fundamento nos dispositivos legais concernentes à matéria e pelas razões de fato e de direito que expõe a seguir: 1. O autor, casado com a contestante há vários anos abandonou o lar conjugal, vindo a constituir, nova família, tendo adotado como seu domicílio a cidade de, Estado de, de onde aliás, vem o pedido, no qual o autor informa ser o seu domicílio esta capital, o que não é verdadeiro. Tendo então, abandonado esposa e filhos, sem jamais oferecer-lhes alimentos, instado amigavelmente a fazê-lo, fez então acordo com a esposa, ora contestante, em que outorgava-lhe procuração com poderes para alienar, inclusive, imóveis, encontrando nesta uma maneira fácil de resolver a questões de partilha, pois tem o autor plena consciência de haverem sido os bens adquiridos com os haveres auferidos pela esposa contestante de herança e também fruto de seu trabalho, é instrumentadora cirúrgica, não tendo o autor contribuído com nenhuma parcela de valor para a aquisição dos referidos imóveis, e a presente ação, medida que revela as intenções inidôneas do autor, já que volta atrás num acordo que após anos de injustiças e de abandono de família legítima, filhos e esposa, era um modo de reparar os prejuízos causados a todos com o seu abandono. É, portanto esse procedimento, através do qual busca o autor prejudicar a sua família e antes que qualquer outra providência, tal como a separação judicial, ou o seqüestro dos bens, que pudesse impedir uma alienação espúria e que alijasse a contestante e via de conseqüência, seus filhos do direito aos bens adquiridos com recursos provindos de herança de pai e avó. Assim sendo é a presente para clamar pela improcedência do pedido, por ser esta medida de JUSTIÇA. Espera Deferimento, de de
..... Advogada